

## ATA DA 117ª SESSÃO ORDINÁRIA DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Aos seis dias do mês de novembro de dois mil e dezessete (06.11.2017), às quatorze horas e quinze minutos (14h15min), no Plenário dos Colegiados Sônia Maria Araújo Pinheiro, reuniu-se o Colégio de Procuradores de Justiça para a sua 117ª Sessão Ordinária, sob a presidência do Dr. Clenan Renaut de Melo Pereira, Procurador-Geral de Justiça. Registrou-se as ausências justificadas dos Drs. José Omar de Almeida Júnior, José Demóstenes de Abreu e Elaine Marciano Pires. Constatou-se ainda as presenças do Dr. Luciano Cesar Casaroti, Presidente da Associação Tocantinense do Ministério Público – ATMP, do Sr. Carlos Rogério Ferreira do Carmo, Presidente do Sindicato dos Servidores do Ministério Público – SINDSEMP/TO, e de diversos outros servidores da Instituição. Verificada a existência de *quorum*, o Presidente declarou aberta a sessão, dando conhecimento da **pauta**, que consistiu em: 1) Apreciação de atas; 2) Autos CPJ nº 001/2016 – Alteração dos atos de atribuições das Promotorias de Justiça (interessada: Diretoria de Expediente; relatoria: CAI; decisão do Comitê Gestor de Tabelas Processuais Unificadas); 3) Autos CPJ nº 028/2017 – Recurso contra a Decisão do Subprocurador-Geral de Justiça nos Autos CPJ nº 026/2017 (recorrente: Corregedor-Geral do Ministério Público; decisão da Dra. Leila da Costa Vilela Magalhães); 4) E-Doc nº 07010182385201717 – Encaminha Proposta de redistribuição das atribuições das Promotorias de Justiça de Miracema do Tocantins (interessada: Corregedoria Geral do Ministério Público); 5) E-Doc nº 07010183303201735 – Encaminha Requerimento de remanejamento de Promotoria de Justiça vaga de Palmas para Araguaína (interessado: Cartório de Distribuição da 1ª Instância); 6) Mem. nº 206/SCSMP/2017 – Informa deliberação tomada na 215ª Sessão Extraordinária do Conselho Superior do Ministério Público (interessada: Secretaria do CSMP); 7) Ofício Circular nº 038/2017/COADE/SPR-CNMP – Encaminha cópia das Resoluções CNMP nºs. 180 e 181, de 7 de agosto de 2017 (interessado: Conselho Nacional do Ministério Público); 8) E-Doc nº 07010182767201724 – Comunica a ausência de interesse em concorrer à recondução para compor a Comissão de Assuntos Institucionais (interessada: Dra. Elaine Marciano Pires); 9) Eleições das Comissões Permanentes do Colégio de Procuradores de Justiça; 10) Sistemática da distribuição de feitos do Colégio de Procuradores de Justiça; 11) Ofícios de comunicação de instauração, andamento e conclusão de Procedimentos Investigatórios Criminais – PIC's: 11.1)

MEMO nº 126/2017-GAECO/MPTO – Comunica o arquivamento judicial de PIC (interessado: GAECO); 11.2) MEMO nº 134/2017-GAECO/MPTO – Comunica a instauração de PIC (interessado: GAECO); 11.3) E-Doc nº 07010181120201785 – Comunica a instauração de PIC (interessado: Dr. Daniel José de Oliveira Almeida); 11.4) Ofício nº 028/2017-1ªPJ – Comunica a prorrogação de PIC (interessado: Dr. Daniel José de Oliveira Almeida); 11.5) E-Docs nºs. 07010182504201715 e 07010182651201795 – Comunicam a proposição de ações penais com base em PIC's (interessado: Dr. Caleb Melo Filho); 11.6) E-Doc nº 07010184016201742 – Comunica a instauração de PIC (interessada: Dra. Juliana da Hora Almeida); 11.7) E-Doc nº 07010183837201761 – Comunica a prorrogação de PIC (interessado: Dr. Paulo Alexandre Rodrigues de Siqueira); 11.8) E-Doc nº 07010184673201791 – Comunica a instauração de PIC (interessado: Dr. Rafael Pinto Alamy); 11.9) E-Doc nº 07010181702201761 – Comunica a conversão de notícia de fato em PIC (interessado: Dr. Guilherme Goseling Araújo); 11.10) E-Doc nº 07010180858201725 – Comunica a prorrogação de PIC (interessada: Dra. Laryssa Santos Machado Filgueira); 11.11) E-Doc nº 07010180870201731 – Comunica o arquivamento de PIC (interessada: Dra. Maria Juliana Naves Dias do Carmo); 11.12) E-Doc nº 07010173817201782 – Comunica a instauração de PIC (interessada: Dra. Luma Gomides de Souza); 11.13) E-Doc nº 07010185028201794 – Comunica a prorrogação de PIC (interessado: Dr. Vinicius de Oliveira e Silva); e 14) Outros assuntos. De início, colocou-se em votação as **Atas da 116ª Sessão Ordinária, da 110ª e 111ª Sessões Extraordinárias** e da **Sessão Solene de Posse de Ouvidor do Ministério Público**, todas realizadas no mês de outubro, que restaram aprovadas à unanimidade. Imediatamente após, passou-se à apreciação de feitos constantes da ordem do dia, a saber: 1) **Autos CPJ nº 001/2016**. Assunto: **Alteração dos atos de atribuições das Promotorias de Justiça**. Interessada: Diretoria de Expediente. Relatoria: Comissão de Assuntos Institucionais. Decisão do Comitê Gestor de Tabelas Processuais Unificadas: *“Analisando a solicitação dos Autos 001/2016 de CPJ verifica-se que não tem como confundir alteração de atribuição de Promotorias de Justiça, de competência do Colégio de Procuradores, com adequação de tabela taxonômica a processos e procedimentos exercido pelos membros do Ministério Público. Assim sendo, verifica-se que a tabela taxonômica fora devidamente adequada aos processos administrativos judiciais, sem necessidade de qualquer alteração de Promotorias.”*. Para conhecimento. 2) **Autos CPJ nº 028/2017**. Assunto: **Recurso contra a Decisão do Subprocurador-Geral de**

**Justiça nos Autos CPJ nº 026/2017.** Recorrente: Corregedor-Geral do Ministério Público. Decisão da Dra. Leila da Costa Vilela Magalhães, na condição de Presidente do Colégio de Procuradores de Justiça em substituição: “(...) *atendidos os requisitos e pressupostos recursais, defiro o processamento do recurso, nos termos do artigo 98 do RICPJ, determinando a imediata e regular distribuição para fins de definição da Relatoria.*”. Para conhecimento. Na sequência, colocou-se em discussão o **E-Doc nº 07010182385201717**, em que a Corregedoria Geral do Ministério Público encaminha **Proposta de redistribuição das atribuições das Promotorias de Justiça de Miracema do Tocantins**. Com a palavra, o Dr. João Rodrigues Filho, na condição de Corregedor-Geral, esclareceu que esta se trata de uma proposta consensual de divisão de atribuições, formulada pelos respectivos titulares, em reunião conduzida pelo órgão correicional. Diante disso, a proposta foi homologada à unanimidade, restando as atribuições distribuídas da seguinte maneira: a) **1ª Promotoria de Justiça de Miracema do Tocantins**. Área de atuação: Criminal. Atribuições: Criminal, Execução Penal e Juizados Especiais (Cível e Criminal); b) **2ª Promotoria de Justiça de Miracema do Tocantins**. Área de atuação: Cível. Atribuições: Patrimônio Público, Meio Ambiente, Saúde e Cidadania; e c) **3ª Promotoria de Justiça de Miracema do Tocantins**. Área de Atuação: Cível. Atribuições: Família e Sucessões, Infância e Juventude e Cível (Consumidor). Ato contínuo, deliberou-se pelo encaminhamento, à Comissão de Assuntos Institucionais, do **E-Doc nº 07010183303201735**, em que o Cartório de Distribuição da 1ª Instância encaminha **Requerimento de remanejamento de Promotoria de Justiça vaga de Palmas para Araguaína**. Dando prosseguimento, apresentou-se, para conhecimento, os seguintes expedientes: 1) **Mem. nº 206/SCSMP/2017**. Interessada: Secretaria do CSMP. Assunto: Informa que o Conselho Superior do Ministério Público, em sua 215ª Sessão Extraordinária, ante a decisão unânime do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, decorrente do Processo nº 0010885-90.2016.827.0000, decidiu, por unanimidade, pelo retorno do Promotor de Justiça Rodrigo Barbosa Garcia Vargas ao Quadro Geral de Antiguidade, bem como pela efetivação da decisão de remoção compulsória (Autos CSMP nº 158/2014), por meio de sua titularização no cargo de 4º Promotor de Justiça de Colinas do Tocantins; e 2) **Ofício Circular nº 038/2017/COADE/SPR-CNMP**. Interessado: Conselho Nacional do Ministério Público. Assunto: Encaminha cópia da Resolução CNMP nº 180, de 7 de agosto de 2017, que “*Altera o anexo da Resolução nº 153, de 21 de novembro de 2016*”; e da Resolução CNMP nº 181, de 7 de agosto de 2017, que “*Dispõe sobre*

*instauração e tramitação do procedimento investigatório criminal a cargo do Ministério Público*”. Em seguida, passou-se à **eleição das Comissões Permanentes do Colégio de Procuradores de Justiça**, tendo em vista o término dos mandatos em 09/11/2017. Na oportunidade, o Secretário Substituto apresentou o **E-Doc nº 07010182767201724**, em que a Dra. Elaine Marciano Pires comunica a ausência de interesse em concorrer à recondução para compor a Comissão de Assuntos Institucionais. Após breve debate, os Drs. José Maria da Silva Júnior, Leila da Costa Vilela Magalhães e Jacqueline Borges Silva Tomaz restaram eleitos, à unanimidade, para comporem a **Comissão de Assuntos Institucionais**; e, também por unanimidade, os Drs. Alcir Raineri Filho, Ricardo Vicente da Silva e Marco Antonio Alves Bezerra para integrarem a **Comissão de Assuntos Administrativos**, todos para mandato de 2 (dois) anos. Na sequência, colocou-se em discussão a **sistemática da distribuição de feitos do Colégio de Procuradores de Justiça**, considerando que (1) findou-se a ordem de distribuição por antiguidade, com as devidas compensações; e (2) o sistema *Arquimedes* encontra-se apto a realizar a distribuição eletrônica de processos por sorteio. Após breve debate, deliberou-se no sentido de solicitar, do Departamento de Modernização e Tecnologia da Informação, todas as providências necessárias à efetiva implantação do sistema *Arquimedes* para a distribuição de feitos deste Colegiado, até a conclusão do *software* de gestão de procedimentos administrativos, ainda em fase de desenvolvimento. Por último, o Secretário Substituto apresentou, para conhecimento, **Ofícios de comunicação de instauração, andamento e conclusão de Procedimentos Investigatórios Criminais – PIC's**, a saber: 1) **MEMO nº 126/2017-GAECO/MPTO**. Interessado: GAECO. Assunto: Comunica o arquivamento judicial do PIC nº 015/2017; 2) **MEMO nº 134/2017-GAECO/MPTO**. Interessado: GAECO. Assunto: Comunica a instauração do PIC nº 023/2017; 3) **E-Doc nº 07010181120201785**. Interessado: Dr. Daniel José de Oliveira Almeida, 1º Promotor de Justiça de Colinas do Tocantins. Assunto: Comunica a instauração do PIC nº 803/2017; 4) **Ofício nº 028/2017-1ªPJ**. Interessado: Dr. Daniel José de Oliveira Almeida, 1º Promotor de Justiça de Colinas do Tocantins. Assunto: Comunica a prorrogação do PIC nº 01/2017; 5) **E-Docs nºs. 07010182504201715 e 07010182651201795**. Interessado: Dr. Caleb Melo Filho, Promotor de Justiça de Araguaçu. Assunto: Comunicam a proposição de ações penais com base nos PIC's nºs. 001 e 002/2016; 6) **E-Doc nº 07010184016201742**. Interessada: Dra. Juliana da Hora Almeida, Promotora de Justiça de Filadélfia. Assunto: Comunica a instauração do PIC nº 911/2017; 7) **E-Doc nº 07010183837201761**.

Interessado: Dr. Paulo Alexandre Rodrigues de Siqueira, 3º Promotor de Justiça de Araguaína. Assunto: Comunica a prorrogação do PIC nº 006/2016; 8) **E-Doc nº 07010184673201791**. Interessado: Dr. Rafael Pinto Alamy, 1º Promotor de Justiça de Pedro Afonso. Assunto: Comunica a instauração do PIC nº 949/2017; 9) **E-Doc nº 07010181702201761**. Interessado: Dr. Guilherme Goseling Araújo, 5º Promotor de Justiça de Paraíso do Tocantins em substituição. Assunto: Comunica a conversão de notícia de fato no PIC nº 2017.0002530; 10) **E-Doc nº 07010180858201725**. Interessada: Dra. Laryssa Santos Machado Filgueira, Promotora de Justiça de Itacajá em substituição. Assunto: Comunica a prorrogação do PIC nº 001/2017; 11) **E-Doc nº 07010180870201731**. Interessada: Dra. Maria Juliana Naves Dias do Carmo, 7ª Promotora de Justiça de Gurupi. Assunto: Comunica o arquivamento do PIC nº 001/2017; 12) **E-Doc nº 07010173817201782**. Interessada: Dra. Luma Gomides de Souza, 2ª Promotora de Justiça de Gurupi em substituição. Assunto: Comunica a instauração do PIC nº 2017.0001466; 13) **E-Doc nº 07010185028201794**. Interessado: Dr. Vinicius de Oliveira e Silva, 5º Promotor de Justiça de Porto Nacional. Assunto: Comunica a prorrogação do PIC nº 005/2015. Encerrados os itens constantes da pauta, passou-se à discussão de **outros assuntos**. Primeiramente, o Dr. José Maria, na condição de Presidente da Comissão Permanente de Segurança Institucional, apresentou, para conhecimento, (1) a **Minuta de Ato PGJ** que “*Regulamenta os procedimentos de segurança para a admissão e o desligamento de membros, servidores, estagiários, voluntários e prestadores de serviço terceirizados no âmbito do Ministério Público do Estado do Tocantins e dá outras providências.*”; e (2) o **Formulário do Risco Operacional da Procuradoria Geral de Justiça e das Promotorias de Justiça do Ministério Público do Estado do Tocantins**. Na ocasião, o Dr. José Maria, Presidente, e a Dra. Vera Nilva, Membro, comunicaram suas **renúncias da Comissão Permanente de Segurança Institucional**, por excesso de atribuições em outros órgãos na Instituição, ressaltando que todos os procedimentos da CPSI encontram-se em dia. Diante disso, deliberou-se pela convocação de sessão extraordinária, no dia 04/12/2017, às 14h, para a **eleição de 2 (dois) integrantes da CPSI**, para mandato complementar até 06/04/2018, cujas inscrições deverão ser dirigidas ao Presidente do CPJ entre os dias 27, 28 e 29/11/2017. Em seguida, o Dr. Clenan Renaut apresentou, para conhecimento, a **Portaria CNMP-CN nº 00244**, de 30 de outubro de 2017, que “*Instaura Correição no Ministério Público do Estado do Amazonas*” e requisita, no período de 03 a 08/12/2017, com dedicação exclusiva, a

Procuradora de Justiça Vera Nilva Álvares Rocha Lira para auxiliar nos trabalhos. Ato contínuo, o Secretário Substituto apresentou, também para conhecimento, o **Mem.Gab/APGJ/Nº 236/2017**, datado de 31/10/2017, que encaminha, para a coleta de opiniões ou propostas até o dia 22/11/2017, de cópia da Proposição nº 1.00940/2017-72, de autoria do Conselheiro Gustavo do Vale Rocha, no qual traz à apreciação do Plenário do CNMP a aprovação de enunciado redigido nos seguintes termos: “A criação, extinção ou fusão de órgãos de execução do Ministério Público são medidas afetas à discricionariedade administrativa, e o Conselho Nacional não deve invalidá-las quando não se constatar violação ao interesse público.”. Por fim, a Dra. Leila Vilela, na condição de Ouvidora do Ministério Público, recém-eleita e empossada, **indicou o Dr. José Maria como seu substituto**, o que restou referendado à unanimidade. Nada mais havendo, a presente sessão foi encerrada às quatorze horas e cinquenta minutos (14h50min), do que, para constar, eu, \_\_\_\_\_, Ricardo Vicente da Silva, Secretário Substituto, lavrei a presente ata, que, após lida, aprovada e assinada, será encaminhada para publicação.

Clenan Renaut de Melo Pereira

Leila da Costa Vilela Magalhães

Alcir Raineri Filho

Vera Nilva Álvares Rocha Lira

João Rodrigues Filho

Ricardo Vicente da Silva

Marco Antonio Alves Bezerra

José Maria da Silva Júnior

Jacqueline Borges Silva Tomaz